



A GEOGRAFIA NÃO ME DEIXA DORMIR: AS MARCAS NA PELE DA SOCIEDADE E DO TERRITÓRIO DE MOÇAMBIQUE ¹

GEOGRAPHY DOESN'T LET ME SLEEP: THE BRANDS IN THE SKIN OF SOCIETY AND THE TERRITORY OF MOZAMBIQUE

Valdir Specian

Universidade Estadual de Goiás (UEG)
vspecian@gmail.com

Fernando Uhlmann Soares

Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano – campus Rio Verde (IFGoiano)
fernando.soares@ifgoiano.edu.br

Resumo: Objetivou-se com este trabalho traçar algumas características físicas, culturais e de infraestrutura moçambicana, bem como analisar os aspectos econômicos, sociais e políticos da atualidade. Com 45 anos de independência da metrópole portuguesa, Moçambique tem as marcas das lutas desse período na pele da sua sociedade e do seu território. Quem olha e afirma isso são pesquisadores curiosos pela Geografia deste lugar e que buscam descortinar as relações apreendidas nas incursões pelas províncias de Nampula, Maputo, Gaza e Inhambane. Para isso, foram registrados e analisados diversos momentos e situações nos quais o país apresenta óbvios contrastes. Resquícios do modelo colonizador português são apresentados nos constantes conflitos civis armados e na corrupção institucionalizada. Entre as ameaças imperialistas do presente, a pilhagem territorial feita por empresas e instituições brasileiras responsáveis pela exploração mineral e, também, pela exploração religiosa que promete prosperidade. No mesmo contexto, aos chineses cabem a ameaça à produção de alimentos nas machambas diante da incorporação das terras do campesinato moçambicano. Parece que assistimos a tudo como sob efeito do creme da mafura. Apesar das dificuldades sociais muitas vezes atreladas aos desastres naturais e às ameaças do presente, Moçambique se destaca pela vontade de superação e pela busca de seu lugar no cenário geoeconômico africano e, quiçá, mundial. Entretanto, os caminhos para ainda enfrentarem a política polarizada pelos mesmos grupos que estiverem em guerra, nas décadas de 1970 a 1990, e que hoje são os partidos FRELIMO e RENAMO.

Palavras Chave: África, Fotografia, Missão Científica, Políticas Públicas.

Abstract: The objective of this work was to trace some physical, cultural and Mozambican infrastructure characteristics, as well as to analyze the current economic, social and political aspects. With 45 years of

¹ O presente artigo foi originalmente apresentado no Encontro Nacional de Pós-Graduação em Geografia – XII ENANPEGE, e contou com a colaboração do Professor Eguimar Felício Chaveiro (IESA/UFG). O artigo é fruto da missão científica realizada em Moçambique em outubro de 2018 pelo Grupo de Pesquisa: Espaço, Sujeito e Existência – IESA/UFG. Destaca-se também que os autores são orientandos do Prof. Dr. Eguimar Felício Chaveiro, no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal de Jataí (UFJ).

independence from the Portuguese metropolis, Mozambique has the marks of the struggles of that period in the shoes of its society and its territory. Those who look and affirm this are researchers who are curious about the geography of this place and who seek to unveil the relationships learned in the incursions by the provinces of Nampula, Maputo, Gaza and Inhambane. For this, several moments and situations were recorded and analyzed in which the country has obvious contrasts. Remnants of the Portuguese colonizing model are presented in the constant armed civil conflicts and institutionalized corruption. Among the imperialist threats of the present, territorial looting by Brazilian companies and institutions responsible for mineral exploitation and, also, for religious exploration that promises prosperity. In the same context, the Chinese face the threat to food production on the machambas in view of the incorporation of Mozambican peasantry lands. It seems that we watched everything as if under the influence of the mafura cream. Despite the social difficulties often linked to natural disasters and the threats of the present, Mozambique stands out for its will to overcome and for its search for its place in the African and perhaps global geoeconomic scenario. However, the paths to still face polarized politics by the same groups that were at war in the 1970s and 1990s, which today are the FRELIMO and RENAMO parties.

Keywords: Africa, Photography. Scientific Mission, Public Policy.

INTRODUÇÃO

Em certo momento do percurso rodoviário pela EN1 entre Maputo e Inhambane fui questionado: *você não dorme não?* Com um sorriso de surpresa, deixei a entender que não. Enquanto alguns dormiam, eu não podia parar de olhar e registrar a paisagem, os deslocamentos, as machambas, as pessoas, as escolas, as crianças e a interação social daqueles lugares... A Geografia não me deixa dormir.

Este estudo retrata, a partir de fotografias e memórias, os olhares e relatos vivenciados durante duas missões científicas em algumas províncias de Moçambique. Uma delas realizada entre 2016 e 2017 e a outra em 2018, tiveram como objetivo desenvolver projetos de convênio entre universidades de países de Língua Portuguesa².

Realizado por docentes universitários brasileiros integrantes do Grupo de Estudo Espaço, Sujeito e Existência – Dona Alzira (IESA/UFG), as missões oportunizaram trabalhos de campo e seminários com apresentação de trabalhos oriundos das pesquisas de professores e acadêmicos dos dois países.

Além das atividades oficiais no interior das universidades³ moçambicanas, foram desenvolvidos projetos com camponeses e a comunidade em geral. Destas atividades de campo resultaram, entre outros recursos de aprendizado, os registros fotográficos da movimentação social e dos diversos aspectos geográficos naturais e humanos de Moçambique e que foram objetos de análise e de discussão neste artigo.

² Convênio - Projeto/Capes: Sementes crioulas, quintais agroecológicos e cooperação popular: troca de saberes e experiências de economia criativa do cerrado brasileiro as savanas em Inhambane/Moçambique.

³ Universidade Pedagógica de Moçambique e Escola Superior de Hotelaria e Turismo de Inhambane da Universidade Eduardo Modlane.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O dito popular “uma imagem vale mais do que mil palavras”, muito utilizado do contexto jornalístico ao científico, pode significar duplo sentido. O primeiro, e consolidado por este ditado, induz a ideia de que havendo uma imagem já é o suficiente (...) (STEINKE, 2014, p. 53).

Os autores (STEINKE, et al.) continuam explicando que no âmbito da ciência a imagem sem o texto a torna incompleta, da mesma forma, o texto pede imagem. Neste contexto, as fotografias realizadas em Moçambique procuram apresentar o cotidiano deste país diverso e que vive do resultado de duas recentes guerras, uma externa e outra interna.

O ato de fotografar na Geografia não pode ser um invasor da intimidade das pessoas, não tem o “direito jornalístico”, mas também não pode se limitar a fotografar a paisagem sem a sociedade. Para Chaveiro (2020), existem dois axiomas sagrados nos estudos de fotografia:

“o primeiro é que a fotografia não é igual a imagem. Existem as imagens oníricas, dos sonhos, do inconsciente, da utopia. E no caso específico da fotografia - e tudo que se refere ao sentido do VER - possui uma auto implicação. Isto é, tomem cuidado com o modo de ver as coisas, pois o que vemos constitui a nossa ecologia espiritual. O modo de ver substancia a nossa alegria ou tristeza.” (CHAVEIRO, 2020).

Com esse direcionamento e com essa preocupação é que as fotografias foram sendo feitas. Cada qual com sua visão de mundo e de espírito, de crítica e de humanidade. Assim foi construído esse artigo, na dialética que existe mesmo nas visões dos pares de modo a se chegar em uma discussão francamente científica do entendimento sobre Moçambique e sua sociedade.

Fotografia e Geografia têm um longo histórico de relação. Para Rosseto (2014, p. 114) analisando a gênese da fotografia e a discussão sobre o uso da mesma assinala: “para von Humboldt a fotografia permanecia, ao contrário, um potente auxílio da memória, um meio registro pontual da realidade (...)”. Assim, avalia a relação da fotografia e a Geografia:

Da trama epistemológica que conteve em si o desenvolvimento da geografia, a fotografia se demonstrou, aliás, um potente indicador, acabando por constituir um observatório privilegiado das ideias, das teorias, dos conceitos, das metodologias, em uma palavra do “discurso” disciplinar geográfico. (ROSSETO, 2014, p. 108).

Rosseto (2014, p.122) citando o geógrafo Friedrich Ratzel na obra *La Terra e la vita* (1905), aponta sobre a importância da fotografia para a Geografia:

(...) Contudo, apenas com o surgimento da fotografia que se estabelece a definitiva “separação da arte” da ciência geográfica. (...) A representação da natureza se fez adquirindo um caráter predominantemente científico e a fraseologia convencional. (RATZEL, 1905 apud ROSSETO, 2014, p. 122).

A fotografia ao longo dos anos se desenvolveu e popularizou-se, novos equipamentos surgiram e o homem passou a registrar tudo através de câmeras digitais. Contudo, o registro através da fotografia das paisagens, lugares, pessoas, prédios e outros é realizado segundo a sensibilidade crítica de quem opera o equipamento. A fotografia é estática, mas o fotógrafo pode ser capaz de captar e fixar um momento único. “A imagem pode ser entendida como uma das mediações do homem com o seu mundo (...)” (STEINKE, 2014, p. 46). Ainda, descreve a fotografia como fonte de pesquisa:

A intencionalidade subjacente a toda a fotografia, a sua capacidade evocativa e o inquestionável valor como um instrumento e fonte de pesquisa, são mais que suficientes para adoção de uso em estudos de geografia (...) (STEINKE, 2014, p. 66).

Dessa forma, o objetivo desse artigo é apresentar o resultado desse trabalho de registro fotográfico durante a missão científica em Moçambique.

A diversidade de imagens permitiu abordar uma série de temas do cotidiano de Moçambique, da natureza à sociedade, o registro das marcas de um passado recente de conflitos, a realidade social do presente e o registro da paisagem que interage com o moçambicano em uma perspectiva futura. Tudo isso realizado através do olhar de um estrangeiro, um geógrafo.

DISCUSSÃO

Um país, uma história de exploração, luta e superação.

“Reconstruir” a história secular de um país é uma tarefa árdua e arriscada. Isso porque, devido ao tempo decorrido e as condições da época na qual tiveram lugar esses fatos, parte significativa dessa história ou não foi registrada e, nos casos em que foi, nem sempre está disponível. (BATA, 2018, p. 41).

A citação retirada da tese de Eduardo Jaima Bata (2018), moçambicano que desenvolveu sua pesquisa junto ao Instituto de Estudos Socioambientais (IESA/UFG) revela ao menos duas questões: a primeira de forma direta mostra que os acontecimentos ocorridos no território do atual estado moçambicano não foram seguramente registrados, talvez pela ausência de interesse dos colonizadores portugueses (1530-1975) e/ou na primeira fase com os árabes (antes de 1530); a segunda questão revela a dificuldade dos moçambicanos em contar sua própria história, sobretudo

dos acontecimentos recentes – pós independência, pois “é uma tarefa árdua e arriscada” (BATA, 2018, p.41).

Neste artigo não existe o objetivo de resgatar a história de Moçambique, mas é preciso destacar que o sistema de dominação colonial imposta pelos portugueses até 1975 não difere muito do *Apartheid* na África do Sul. Na análise do poema *Grito Negro* de José Craveirinha (2008)⁴, o pesquisador Vanito Marcelino Frei (2017) afirma:

Em meio ao processo de colonização de Moçambique por Portugal, o poema não só reflete a integração do país na periferia da divisão internacional do trabalho como mero fornecedor de matérias-primas, mas revela a luta pela liberdade dos homens e da pátria secularmente submetidos às mais diversas formas hediondas de exploração escravocrata e de tratamento social, premente a divisão entre brancos e negros. (FREI, 2017, p. 50).

Desde o início da ocupação *Bantu* na África Meridional; o comércio com os Árabes; a colonização portuguesa e a disputa com os ingleses para a manutenção da vasta colônia no continente africano a fixação do território moçambicano através do sistema de concessões de terras as Companhias Majestáticas, muita coisa aconteceu em Moçambique. Nesta última etapa, as Companhias controlavam quase tudo e, também, foram elas que iniciaram a pesquisa e exploração de recursos minerais no solo moçambicano, algumas dessas companhias perduraram até a independência do país na década de 1970. (BATA, 2018, p. 79 e 80).

A crise do capital a partir de 1930 e a queda dos preços da commodities exportadas por Portugal fez com a exploração sobre os moçambicanos aumentassem e o texto de Bata (2018) revela:

De fato, a intensificação do trabalho, o endurecimento da política colonial, em função da crise de acumulação do capital e, também do golpe e da instauração da ditadura militar em Portugal, afetou as relações de trabalho na colônia. A partir dessa fase, a produção de culturas obrigatórias se tornou intensiva, o trabalho em outros setores da economia também se agudizou, frequentemente, realizado sob a vigilância dos sipaios e com recurso à violência corporal ou a integração nas brigadas do trabalho forçado, isto é, o chibalo. (BATA, 2018, p.93).

Nesta mesma época o movimento literário africano, em geral e, moçambicano através do *Brado Africano*⁵ em conjunto com operários e camponeses passam a questionar o domínio português (BATA, 2018, p. 92).

⁴ José João Craveirinha é considerado um dos maiores poetas moçambicanos – faleceu em 2003. O poema *Grito Negro* foi publicado originalmente em 1964 na obra *Xigubo*. “Nesta época Craveirinha inicia a fase *Negritude* na qual ele deixa aflorar sua revolta em relação ao Colonialismo” (ALVES E ALVES, 2014, p. 3).

⁵ O *Brado Africano* jornal do movimento Grêmio Africano fundando em 1919, pelos irmãos João Albasini e José Albasini, inicialmente não se identificou muito com a luta do povo moçambicano, sobretudo o proletariado presente

A insatisfação com o domínio português culmina com o processo de independência em 1974, através da assinatura do acordo de Lusaka em 07 de setembro de 1974 em Lusaka – Zâmbia. Esse último período de domínio português e guerra pela independência é descrita por Frei (2017).

Nessa empreitada da contestação e libertação do jugo colonial, por obrigar o povo moçambicano a se unir e pegar em armas e lutar pela independência. Com efeito, em 25 de junho de 1964, os moçambicanos dirigidos pela FRELIMO e sob a liderança de Eduardo Chivambo Mondlane iniciaram a luta armada de libertação nacional, tendo terminado com a assinatura dos Acordos de Lusaka que criaram as condições para a independência política do país proclamada em 25 de junho de 1975, por Samora Moisés Machel primeiro presidente de Moçambique independente. (FREI, 2017, p. 197).

Após o processo de independência o governo moçambicano se deparou com uma estrutura de estado completamente destruída, assim como uma indústria sabotada e o setor de comércio e serviços parados. Bata (2018, p. 102) citando Genro (1982) descreve esse período:

Quando os portugueses se retiraram, praticamente todo o parque industrial foi sabotado. Os técnicos que eram, na sua maioria, portugueses (alguns moçambicanos "adaptados") foram embora do país, que ficou literalmente arrasado. O que sobreviveu foi uma rudimentar agricultura de subsistência cujo excedente era escasso. O Estado sofreu uma verdadeira crise de "funcionamento"(...) (GENRO, 1982 apud BATA, 2018, p. 102).

O novo governo começa com a transformação da Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO) em partido político em 1977 no Congresso da FRELIMO. Nele foram instituídas as bases para a estrutura administrativa de um Estado socialista de orientação marxista-leninista e dirigida por um único partido (BATA, 2018). Esse novo país contava com a ajuda financeira da URSS e China.

Essa orientação socialista teve um preço alto nas relações com os vizinhos capitalistas e com a política de guerra fria. Logo após a independência Moçambique mergulhou na Guerra Civil que colocava frente-a-frente a forças do Estado (FRELIMO) em combate com a Resistência Nacional Moçambicana – RENAMO. Francisco (2010) aponta que o país passou quase três décadas em conflitos. Primeiro na guerra pela independência, de 1964 a 1974, e depois eclodiu a guerra civil pelo poder, de 1977 a 1992, que durou quase 16 anos. Desta última, o saldo foi a morte ou deslocamento forçado de milhares de moçambicanos, além da destruição da estrutura de estado e do país.

em Lourenço Marques. No entanto, a partir de 1933, o Brado Africano passou a tomar partido e a considerar legítima a greve e as reivindicações da classe trabalhadora (...). (CHILUNDO et al, 1993, p. 54 apud BATA, 2018, p. 92).

Mesmo com os conflitos, mortes, mutilações e um Estado desigual, entre os líderes da Guerra da Independência de Moçambique, o militar revolucionário Samora Machel se tornou o primeiro presidente pós-independência e com viés socialista.

Na figura 1, é possível verificar que ele continua sendo referência para inspirar gerações mesmo após sua morte durante um voo em 1986 e uma série de dificuldades enfrentadas pelo seu partido na condução de políticas públicas e sociais.

Figura 1: A onipresença do líder Samora Machel é vista e sentida de várias formas, menos nas políticas públicas dos seus sucessores.

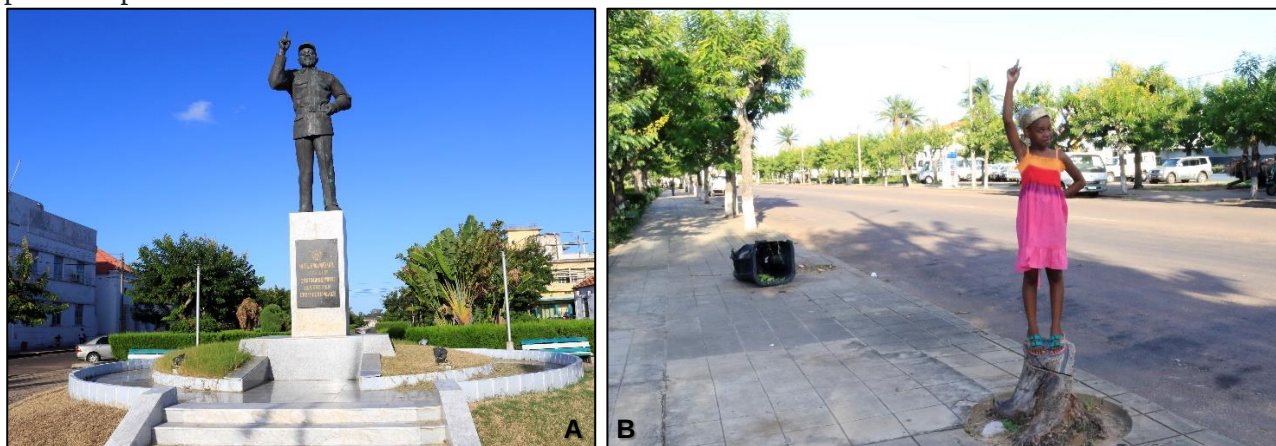


Foto A – Estátua do primeiro presidente de Moçambique independente, Samora Moisés Machel, situada no jardim em frente ao gabinete do governador da província de Inhambane; **Foto B** – Menina reproduzindo a pose do líder revolucionário Samora Machel em provável alusão ao reconhecimento pela independência do país.

Nas palavras do escritor moçambicano Mia Couto, sobre a realidade de seu país, “nós ficamos muito tempo cativos de uma guerra e essa guerra não terminou totalmente. Quem fez a guerra não terminou totalmente. Quem fez a guerra continua armado e aceitou uma situação estranha e inaceitável, que é a ideia de uma força política com um braço armado (...).”

Moçambique sob o olhar do pesquisador viajante

Já em solo brasileiro e deslocando-me para a cidade de Iporá, em Goiás, olhava pela janela da chapa (moderna) e procurava as pessoas nas ruas/estradas, sobretudo mulheres vendendo ou carregando seus pertences e produtos sobre as cabeças e com seus filhos amarrados nas costas envoltos nas capulanas. No horizonte procurava uma árvore de baobá – como avistado no norte de Moçambique – nada vi, mas me senti trafegando pela EN1. Conclui que as diferenças nas paisagens são provocadas pela presença das pessoas! Por acaso, no banco ao lado, duas mulheres negras se acomodaram, eu as ouvia conversar em chope, sim, não falavam em português. Continuei a olhar pela janela e pensei: como faltam machambas no Cerrado. Entre as poucas árvores preservadas gostaria de ver pessoas cultivando e produzindo alimentos. Sinto saudades daquele país. Incorporei Moçambique em meu olhar.

Na figura 2 estão registradas a produção rural de diferentes províncias. As fotografias retratam os modelos de produção agrícola que vão da subsistência, passando pelo campesinato coletivo, até o atual estabelecimento de latifúndios com mecanização e uso de agrotóxicos.

A terra em Moçambique é propriedade do Estado, as formas de produção ainda que rudimentares garantem a subsistência do país. Entretanto, uma nova lógica de ocupação de terras está ocorrendo. O estado vem permitindo que empresas estrangeiras, brasileiras e chinesas, ocupem extensas fatias de terras para a produção latifundiária de exportação negando aos moçambicanos glebas de terra próxima as rodovias e dificultando à produção local.

Figura 2: Formas de ocupação da terra em Moçambique para diferentes localidades.



Foto A – Produção de hortaliças nos arredores de Inhambane, os canais são de água salobra, considerando a proximidade do mar; **Foto B** – Para se produzir nas machambas de Inhambane é necessário colocar uma camada de palha e após esta camada vem a terra que efetivamente sustenta as hortaliças, sem a proteção da palha, que é trocada de tempo em tempo, o sal chegaria superfície do solo inviabilizando a produção; **Foto C** – o enxadão (nome brasileiro) com cabo curto é o principal instrumento utilizado nas machambas de todo o país, sendo manuseado sobretudo por mulheres camponesas; **Foto D** – entrada de um latifúndio chinês – produzindo arroz para exportação através da irrigação com pivô central que utiliza as águas do rio Limpopo na província de Gaza, próximo a cidade de Xai-Xai.

Na figura 3 estão registrados os tipos de veículos e de modais de passageiros em Moçambique. O país é atravessado de norte a sul pela rodovia federal EN1 (Estrada Nacional 1) e com grande tráfego em pista simples e esburacadas as viagens noturnas são restringidas para evitar

elevado número de acidentes. Por questão de segurança o trânsito também é interrompido quando da ocorrência de conflitos armados no país. Tendo o primeiro governo moçambicano recebido uma estrutura precária de herança portuguesa, essa condição é colocada à prova na maioria das cidades para atender aos anseios de uma população de 26,5 milhões de pessoas.

Segundo dados da Organização das Nações Unidas (ONU, 2019), estima-se que 63,5% da população moçambicana seja residente de área rural. A distinção entre rural e urbano no país não é evidente aos olhos externos. As cidades possuem uma horizontalidade e os limites vão se misturando na ausência de infraestrutura para o rural. Menos de 30% da população tem acesso à rede sanitária e pouco mais de 55% tem acesso à água potável de tratamento duvidoso. A falta ou as constantes quedas de energia elétrica e a precariedade da pavimentação também são retratos da maioria das cidades.

Figura 3: Meios de transporte usados em Moçambique.



Foto A – Cotidiano de uma manhã no centro de Maputo, capital de Moçambique. As “chapas” como são conhecidas as vans e outras formas de transporte coletivo fazem o transporte diário das pessoas para o local de trabalho. Quando lotadas são chamadas de *chapas my love* devido ao fato de que as pessoas vão amontoadas umas às outras; **Foto B** – Transporte na cidade de Xai-Xai, capital da província de Gaza. Provavelmente são moradores voltando para a área rural da província; **Foto C** – Travessia em pequenos barcos na baía de Inhambane. Entre as cidades de Inhambane e Maxixe, esse tipo de transporte em Moçambique registra inúmeros acidentes com mortos; **Foto D** – Quadro do artista Matomo exposto na praia do Tofo apresenta uma crítica à superlotação de passageiros e a precariedade das embarcações que provocam mortes.

A disputa política pelo poder em Moçambique reacendeu nos últimos anos. O registro de jornais locais e sobretudo de jornais portugueses relatam essa condição. O partido RENAMO questiona as posições políticas do partido FRELIMO que administra o país.

O escritor Mia Couto relata que “a guerra não terminou totalmente”. Ele se refere a guerra cível em Moçambique. A tensão entre os dois partidos, que foram estruturas armadas, aparece nos diálogos mantidos a boca pequena em Moçambique. Ataques em comunidades rurais no norte do país são atribuídas ao braço armado de um dos partidos.

Em uma das missões, a chegada do grupo de pesquisadores brasileiros foi de dois dias após as eleições municipais no país, em 10 de outubro de 2018. As fotografias da figura 4 retratam essa disputa.

Figura 4: Aspectos do cotidiano da disputa eleitoral em Moçambique.



Foto A – Protesto nas ruas de Nampula. O atraso na divulgação do resultado da eleição levou a população para as ruas. O protesto começou pequeno e foi tomando as ruas das cidades durante várias horas. O partido de oposição, RENAMO, venceu em Nampula; **Foto B** – As marcas da propaganda eleitoral estavam espalhadas pelas cidades. Na imagem a propaganda dos três principais partidos: MDM (Galo), RENAMO (Perdiz) e FRELIMO (Espiga de Milho). Esses símbolos são objeto de disputa e existem questionamentos quanto ao uso das cores e marcas da FRELIMO nos símbolos oficiais do Estado; **Foto C** – Sede do Partido FRELIMO em Inhambane. Os prédios públicos e as residências dos administradores em Moçambique são bem cuidados. Isso parece valer para o partido que governa o país. O contraponto são as precárias moradias da maioria dos moçambicanos mostrando falta de política pública habitacional; **Foto D** – Carcaça de um helicóptero de combate abandonado no aeroporto de Maputo. Herança de um passado recente que parece uma sombra no cotidiano Moçambique junto com as inúmeras pessoas que os conflitos deixaram mutiladas.

Nos últimos anos Moçambique vive uma mistura de otimismo e desesperança relacionados a uma nova etapa de exploração mineral e uso da terra, prevista em duas leis específicas, a lei de Terras de 1997 e a lei de Minas de 2014 (MATOS e MEDEIROS, 2017).

A lei de Terras permitiu a entrada de capital estrangeiro no país para exploração da agricultura monopolista latifundiária. A lei de Minas que permite, por exemplo, a exploração de carvão em Moatize pela Companhia Vale Moçambique e a construção do corredor de Nacala que se trata de uma linha de trem que corta Moçambique, permitindo a exportação de carvão mineral.

O otimismo está associado ao possível retorno financeiro dessa exploração. Já, a desesperança está associada a expropriação das comunidades locais atingidas (FREI; CHAVEIRO; MACARINGUE, 2016) e as condições naturais nem sempre favoráveis ao moçambicano.

A figura 5 mostra algumas das condições da população e a questão energética e mineral.

Figura 5: Condições sociais e a questão energética e mineral em Moçambique.

Foto A – Ao longo das rodovias, venda de carvão vegetal em pequenos baldes para preparar uma refeição. Outro dos recursos minerais a ser explorado em Moçambique é o gás natural para exportação. Qual será o ônus para a população?; **Foto B** – Madeira empilhada na beira da estrada para serem usadas como fonte de energia; **Foto C** – Leito seco do rio Monapo na província de Nampula. Mulheres lavam roupas e dão banho nos filhos. A escassez de água é séria realidade; **Foto D** – visão geral de área rural e das casas. Segundo a ONU (2019), as áreas de pastagens permanentes ocupam mais de 55% do território enquanto as áreas cultivadas pouco mais de 8% refletindo o percentual de subnutrição de quase 30%.

Na figura 6, são apresentados os desastres ocasionados após a passagem do ciclone Dineo que atingiu o litoral sul de Moçambique em meados de fevereiro de 2017. Os noticiários da época informaram que foram mais de 650 mil pessoas atingidas.

A população sofreu com a fragilidade de suas casas, edifícios e infraestrutura básica que não aguentou as rajadas de ventos de mais de 100km/h. Mais do que um desastre natural, a demora no atendimento de emergência à população foi um dos pontos mais marcantes. Em algumas localidades de Inhambane, por exemplo, somente após uma semana foi que as autoridades equipamentos e recursos para auxiliar a população que ficou sobre escombros e emersa no alagamento.

Figura 6: Resultado do descaso político após a passagem do ciclone Dineo em Inhambane, em 2017.

Foto A – Casas e pequenos comércios foram destruídos. Neles a população urbana retira sua renda com a venda de bebidas e alguns alimentos para a comunidade local; **Foto B** – Terreno completamente alagado na qual existiam em torno de quatro casas. A falta de um sistema de drenagem pluvial fez com que a enxurrada e a inundação destruíssem todas as residências desabrigando os moradores; **Foto C** – Construções de alvenaria também não foram poupadas. Entre elas casas e prédios comerciais ficaram completamente danificados e interromperam ou extinguíram as atividades como por exemplo nas escolas e faculdades; **Foto D** – Prédio histórico da CFM (Portos e Caminhos de Ferro de Moçambique), em Inhambane, foi destruído e teve sua estrutura interditada.

O último conjunto de fotografias, figura 7, descreve a esperança e a possibilidade de transformação da realidade. Segundo a ONU (2019), Moçambique é considerando um dos países mais pobres do planeta com um IDH de 0,446 e na 180ª colocação. Mesmo assim e apesar de ser difícil cartografar no plano, a alegria existencial de seu povo é percebida e sentida de imediato.

Um das cenas corriqueiras nas missões pelo país foi a de crianças sorrindo em várias circunstâncias como a ida ou a volta das escolas ou nas suas brincadeiras inventadas. Ainda, a atenção e esforço dos estudantes durante as palestras é algo que também chama a atenção. Da mesma forma, a alegria em produzir alimentos nas machambas era latente e contagiante.

A diversidade cultural mesmo que atingida pela entrada feroz da evangélica teologia da prosperidade que doutrina ritos, vestimentas e comportamentos não abafa a multiplicidade de vida. Tantas línguas faladas são motivo de orgulho e que fazem crescer o sentimento de pertencimento a uma determinada localidade e um povo.

Figura 7: Cotidiano de Moçambique, o despertar da esperança.



Foto A – Oceano Índico da janela da Fortaleza de São Sebastião na ilha de Moçambique. As belezas naturais se constituem em um de seus grandes patrimônios, inclusive turísticos; **Foto B** – Crianças indo e voltando das escolas. A educação deve ser a garantia de diminuição da pobreza e corrupção; **Foto C** – A alegria das mulheres na machambas. A produção camponesa vinculada ao turismo pode gerar renda em Inhambane na medida em que os turistas querem visitar as machambas; **Foto D** – Nas feiras, o alimento produzindo nas machambas garante subsistência e renda ao moçambicano.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A complexidade em apresentar uma análise a partir de um olhar estrangeiro mesmo que cercado de conhecimento docente, visa nutrir brasileiros e moçambicanos de algumas elucubrações discutidas em grupo durante o período de estadia e interação com a população e o meio. Despidos de pré-conceitos que prejudiquem o olhar, como propõe Silva (2016), ao se deslocar por Moçambique, fotografando e dialogando com as pessoas, tentamos interpretar a realidade e contribuir com a reflexão a partir de nossos conhecimentos e vivências.

As fotografias foram escolhidas com forma de permitir a crítica social sem expor as pessoas retratadas. Moçambique é um país em efervescência e as tensões políticas se de um lado podem prejudicar seu processo de reestruturação, de outro são importantes no processo de formação territorial e de ganhos sociais. A aproximação cada vez maior com um modelo de política neoliberal parece não atender às demandas da sociedade moçambicana da mesma forma que não atendeu às populações dos países latino-americanos que dela se valeram.

Por fim, mesmo que as dificuldades socioeconômicas impostas não apaguem o sorriso e a alegria de viver do moçambicano, isso não põe fim às necessidades de mudanças estruturais e sociais. Na mesma medida, não apagam o desejo de voltarmos a esse país e encontrar o seu povo com a mesma alegria ou senão maior diante das mudanças que tanto desejam.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Elizandra F. e ALVES, Érika F. "Grito Negro": a imagética negra na poesia de José Craveirinha. **RL Revista de Letras**, Curitiba, UFTPR, v. 16 n. 18, pp. 1 – 17, 2014. Disponível em: <<https://periodicos.utfpr.edu.br/rl/article/view/2391>>. Acesso em: 27/06/2019.

BATA, Eduardo J. **Entre Estatais e Transnacionais, "Quantos Ais": efeitos espaciais dos megaprojetos de mineração do carvão em Moatize, Moçambique**. Goiânia. 2018. 565 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, UFG, Goiânia, 2018. Disponível em <<https://repositorio.bc.ufg.br/>>. Acesso em: 10/03/2019.

CHAVEIRO, Eguimar F. **Texto fotografia**. Mensagem recebida por <fernando.soares@ifgoiano.edu.br> em 20 de fev. 2020.

FRANCISCO, António. Desafios para Moçambique 2010. **Sociedade civil em Moçambique: expectativas e desafios**, 2010.

FREI, Vanito V. M. **NO PAÍS DO MANO MUÇA, EU SOU CARVÃO: implicações socioterritoriais dos megaprojetos de mineração nas comunidades locais da província de Nampula**. Goiânia. 2017. 412 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Estudos Sócio-Ambientais, UFG, Goiânia, 2017. Disponível em <<https://repositorio.bc.ufg.br/>>. Acesso em: 10/03/2019.

FREI, Vanito V. Marcelino; CHAVEIRO, Eguimar F.; MACARINGUE, Ernesto J. Mineração e Apropriação da Terra em Moçambique: algumas reflexões sobre o processo de expropriação das comunidades locais. In: Encontro Nacional de Geógrafos – XVIII ENG, 2016, São Luís do Maranhão. **Anais...** São Luís do Maranhão: UFMA, 2016. p. 01 – 12. Disponível em: <<http://gege.fct.unesp.br/docentes/geo/bernardo>>. Acesso em: 01/07/2019.

MATOS, Elmer A. C. de; MEDEIROS, Rosa M. V. Exploração mineira em Moçambique: uma análise do quadro legislativo. **Revista NERA**, Presidente Prudente, Ano 20, nº. 38 - Dossiê pp. 280-315, 2017. Disponível em: <<http://revista.fct.unesp.br/index.php/nera/article/view/5301>>. Acesso em: 10/03/2019.

ONU - Organização das Nações Unidas. Human Development Reports. United Nations Development Programme, 2019. <<http://hdr.undp.org/en/data>>. Acessado em: fevereiro 2020.

ROSSETO, Tania. Fotografia e Literatura Geográfica Linhas de uma Investigação Histórica. In. Steinke et al (Org.). **Geografia e Fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos**. Brasília: Laboratório de Geoiconografia e Multimídias – LAGIM, UnB, 2014. p. 107 – 156.

SILVA, Marcelo W. A Utilização de relatos de viajantes estrangeiros como fonte documental. In. Suzuki et al (Org.). **Geografia, Literatura e Arte: epistemologia crítica e interlocuções** (livro eletrônico). Porto Alegre: Imprensa Livre, 2016. p. 14 – 52. Disponível em: <
<http://www.livrosabertos.sibi.usp.br/portaldelivrosUSP/catalog/book/104>>. Acesso em: 10/03/2019

STEINKE, Valdir A. Imagem e Geografia: o protagonismo da “fotogeografia”. In. Steinke et al (Org.). **Geografia e Fotografia: apontamentos teóricos e metodológicos**. Brasília: Laboratório de Geoiconografia e Multimídias – LAGIM, UnB, 2014. p. 45 – 78.

SOBRE OS AUTORES

Valdir Specian

Possui graduação em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá (1996), especialização em Educação Ambiental (1999) e mestrado em Ciências da Engenharia Ambiental (2003), ambos pela Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo. Atualmente é docente da Universidade Estadual de Goiás, Unidade de Iporá. Tem experiência na área de Geografia, com ênfase em Geografia Física, atuando principalmente nos seguintes temas: climatologia, clima urbano e conforto no ambiente construído.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/7950962218084638>

Fernando Uhlmann Soares

Professor efetivo do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Goiano - Campus Rio Verde/GO. Coordenador do Laboratório de Inteligência Geográfica (LABIG) e vice-líder do Grupo de Estudos AGRONEGO: as contradições do agronegócio. Ocupa o cargo de 1o. Tesoureiro da Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) - seção Goiânia. Doutorando em Geografia pela Universidade Federal de Goiás (UFG-Regional Jataí), integra o Grupo de Estudos Espaço, Sujeito e Existência (Dona Alzira) liderado pelo Prof. Eguimar Felício Chaveiro. Possui o título de Mestre em Geomática (Geprocessamento) pela Universidade Federal de Santa Maria (UFSM/2008) e diploma de Licenciado em Geografia Plena pela Universidade Federal de Pelotas (UFPel/2001). Atua nas áreas de Sistemas de Informações Geográficas (SIG), Geprocessamento, Planejamento Territorial, Meio Ambiente e Políticas Públicas. Atualmente se dedica ao estudo da população migrante nordestina com ênfase no tema Representação Social Territorial.

Endereço para acessar este CV: <http://lattes.cnpq.br/2422679205433320>

Recebido em outubro de 2019.

Aceito para publicação em dezembro de 2019.

Publicado em março de 2020.